



**FACULDADE KURIOS - FAK**  
**DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO.**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**ELENILSON GOMES DOS SANTOS**

**GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS**

**CANINDÉ – CE**  
**2013**

**ELENILSON GOMES DOS SANTOS**

**GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS.**

Artigo apresentado a Faculdade Kurios - Fak departamento de pós-graduação, pesquisa e extensão – KURIOS, como requisito parcial para Conclusão do Curso de Especialização pós-graduação em gestão escolar e coordenação pedagógica.

Elenilson Gomes dos Santos<sup>1</sup>

**CANINDÉ - CE 2013**

**RESUMO:**

---

## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

O estudo trata da gestão de escolas indígenas e seus desafios para as comunidades onde se situam estas escolas, dos desafios de garantia à educação posta nas leis que a regulamentam do processo de integração e de homogeneização cultural pontuando os desdobramentos legais que garantem a efetivação da escola indígena diferenciada pós-Constituição de 1988, exigindo do Sistema Nacional de Educação novas políticas de tratamento, atendendo particularidades e peculiaridades culturais dos diferentes grupos étnicos em uma perspectiva intercultural de formulação de propostas pedagógicas voltadas para as aldeias. Visando, sobretudo a visão não do índio genérico que a sociedade tem, mais das mudanças sociais e transformação no meio em que vivem estas comunidades hoje. As reflexões têm como referência pesquisas e assessorias realizadas no contexto nacional e, particularmente, no CE.

**Palavras-chave:** Gestão; educação escolar; diferença indígena.

**RESUMEN:**

## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

El estudio se ocupa de la gestión de las escuelas de la India y sus desafíos a las comunidades donde se encuentran estas escuelas, los desafíos de garantizar la educación puesto en las leyes que regulan el proceso de integración y homogeneización cultural puntuando las novedades jurídicas que garanticen efectiva escuela diferenciada indígena Constitución post-1988, requiriendo a las nuevas políticas de tratamiento de sistema educativo nacional, que asisten a las particularidades culturales y las peculiaridades de los diferentes grupos étnicos en una perspectiva transcultural de la formulación de propuestas para la enseñanza de las aldeas. Dirigido principalmente a la visión no es la sociedad india generic tiene, el cambio más social y transformación en el medio ambiente en que viven estas comunidades hoy. Las reflexiones que se hace referencia a la investigación y servicios de asesoramiento llevadas a cabo en el contexto nacional, y particularmente en la CE.

**Palabras clave:** Gestión, la educación escolar, la diferencia indígena.

SUMÁRIOS

## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

Introdução .....	
Fundamentação teórica,.....	
1. educação indígena e as leis .....	
1.1 - formações x qualificação .....	
2 realidade das escolas indígenas hoje no estado do Ceará e suas formações.....	
3- Modelos de Gestão e Escolas.....	
3. Cultura, conhecimento e aprendizagem entre os Kanindé em Aratuba.....	
4. Participação e autonomia na gestão das escolas indígenas.....	

## INTRODUÇÃO

## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

Tratar a escola indígena como espaço de fronteiras entre culturas, particularmente em terras indígenas, se segue historicamente no país orientações e tendências político-pedagógicas que vão desde a proposta de aculturação, integração e assimilação dos povos indígenas aos princípios do Estado Nacional sem o respeito a particularidades e peculiaridades culturais dos diferentes grupos étnicos, como está posto na constituição de 1988 que diz:

no Art 210 § 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Eis o primeiro desafio para gerenciamentos das escolas indígenas, os órgãos de ensino não consideram que os processos milenares de ensino não sejam ou não se equiparam ao modelo convencional de ensino, deste modo às comunidades são forçadas a reproduzir métodos e programas que se pressupõem ser correto, pois bem, mais isso não funciona nem com a escola normal diga lá com uma escola indígena com pensamentos focos muito distinto dos de uma escola comum.

Uma outra situação pontual nas aldeias, é a formação acadêmica deste indígenas para atuarem quanto gestores, o desafio principal é formulação de políticas específicas de formação, é sempre um desafio para o estado ter políticas voltadas para um público tão seletivo de profissionais pois não se trata métodos específicos ou modelos de gestão, se trata crenças, costumes, ritos de passagem enfim uma infinidade de especificidades que é de cada um, essa é a principal prerrogativa do estado para tanta demora no atendimento das demandas mais eminentes das escolas indígenas no Brasil e em especial do estado do Ceará.

Durante o período de estudo e pesquisa de campo para elaboração deste trabalho, tive a oportunidade de escutar e também ver de perto a verdadeira realidade destas escolas, pois o que está posto nas leis são ignoradas de todas as formas, as escolas indígenas são tratadas como um apêndice da educação, tanto as leis federais quanto as estaduais preveem as

## **GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS**

responsabilidades que vão da formação continuada em serviço há construção e serviço de pessoal, porem o visto foi totalmente o contrario escolas funcionando na casa do professor, professores pagando merendeira do seu próprio salario, o mais agravante são as cobranças das secretarias de educação no que diz respeito ao cumprimento de prazos para preenchimento de formulários eletrônicos, tendo em vista que estas escolas por sua grande maioria não tem sequer um computador diga lá se um serviço de internet, estes gestores tem que se deslocar dezenas de quilômetros para cumprimento destas atividades e no que diz respeito a serviço de pessoal as comunidades são refém da politica partidária dos municípios que alegam trabalhar em regime de colaboração com os estados, o fato é que os indígenas tem que escolher um lado e orar para seus encantados para seu candidato não perder, pois se perder não terão funcionário para limpeza e merenda nas escolas.

### **FUNDAMENTAÇÃO TEORICA**

#### **1. EDUCAÇÃO INDÍGENA E AS LEIS**

Neste primeiro momento gostaria de lhes mostrar o que está posto verdadeiramente nas leis que regulamentam a educação escolar indígena no país, 1º no artigo.

Art. 20 RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012 do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO que diz: Formar indígenas para serem professores e gestores das escolas indígenas deve ser uma das prioridades dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, visando consolidar a Educação Escolar Indígena como um compromisso público do Estado brasileiro.

Será que devemos entender prioridade como uma coisa que é primeiro, pra mim prioridade é atender primeiro e esse negocio não vem funcionando deste jeito não, eles negociam com a prefeitura com o vereador, o jeito que as escola vão ser atendidas, eles não deixam os professores trabalhar do jeito que a gente quer, pois os índios tem que aprender coisa de índio e essa formação é meio doida primeiro dizem que não pra liderança ir porque não tem comida pra nós e onde durmir, mais eu

## **GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS**

acho que eles não que a gente la é porque a gente fala. ( Cicero Kanindé Liderança Indígena Kanindé 2012).

A formação de professores indígenas, por sua vez, enfrentam obstáculos difíceis de serem equacionados dentro da orientação geral que lhe tem sido imprimidos pelas secretarias de Educação responsáveis por sua oferta. Primeiramente, diversos estudos e pesquisas mostram que há mais escolas do que professores, indicando um descompasso entre o número de professores indígenas formados nestes cursos e as necessidades das aldeias (Grupioni, 2008; Lana, 2009). Além disso, a forma como foi definida a educação escolar diferenciada pressupõe um perfil de professor que tenha domínio da língua portuguesa, de um dado repertório acerca dos conhecimentos ditos universais e, ao mesmo tempo, conhecimentos relativos à língua, cultura e história da etnia à qual pertence. Isto coloca em pauta o perfil desse professor que se pretende formar, acrescentando-lhe a capacidade de ser também um pesquisador e não mero transmissor do conhecimento acerca de sua etnia. Muitos cursos de formação não contemplam esta dimensão e tampouco têm profissionais versados sobre a questão indígena que lhes permita levar adiante tal empreendimento.

### **1.1 FORMAÇÕES X QUALIFICAÇÃO**

Acredito que esta seja a pilastra central da gestão das escolas indígenas, formação X qualificação, como irei ter um bom gestor se a formação não é ofertada, aí entram as políticas de cada povo, onde 1º tem que ser pensado a escola ou modelo de gestão que mais se adequa a comunidade em questão embora pareça simples mais o maior desafio de um gestor de escola indígena é manter a harmonia nas decisões e rumos a serem tomados pela escola, não há um verdadeiro entendimento entres os caciques, pajés e liderança, do verdadeiro papel do gestor e qual sua melhor formação, pois é entendido que já se sabe tudo para esta função dentro de cada um da aldeia, eis aí o grande X da questão pois isso não basta para as secretarias de educação, onde o gestor tem que ter formação acadêmica com ênfase em gestão escolar. Mais como ter isto, é uma realidade ainda distante destas comunidades as secretarias de educação sentem dificuldade de por em pratica tudo prevista pela lei, 1º por recursos e 2º projetos específicos para atendimentos destas demandas que crescem a cada dia, grande parte destes gestores já se encontram em cursos de graduação mais para atender as diretivas das secretarias



## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

de educação que a cada dia dificulta o trabalho dos gestores destas escolas com novas situações.

Toda via com a demora de resposta estes gestores para se manterem nos cargos e suas escola funcionando, se obrigam a cursarem cursos de graduação normais para poderem ser gestores destas escolas, deste modo podemos constatar que as secretarias de educação não têm políticas voltadas para atender as demandas das aldeias, deste modo este trabalho é realizado pelos gestores destas escolas e digo tudo feito sem orientação dos núcleos especializados dentro das secretarias de educação, o que se tem de fato é uma grande tentativa por parte dos gestores indígenas de se criarem estratégias afim de contornar todas as situações que englobam as principais dificuldades enfrentadas dentro das escolas. A falta de computadores e internet para inclusão digital, falta de funcionário para limpeza e alimentação, isto onde já existe um espaço físico, pois temos comunidades que não têm se quer um espaço físico para aulas dos alunos, vou lhes mostra agora o que está posto na principal lei que regulamenta a educação indígena deste estado. A resolução 382/2003 está ultrapassada mais o mais agravante não é só isto, veja:

**Art. 9º** – A gestão escolar será definida com o povo ou com a comunidade indígena e terá previsão de mecanismos administrativos que assegurem o caráter democrático e participativo. E mais Art. 10 – O gestor escolar, deverá ser professor indígena e possuir a formação prevista no Art. 64 da Lei Federal Nº 9394/96. Será que os indígenas tem faculdades perto de suas aldeias uma vez que as mesmas se encontra a dezenas de quilômetros de distancia das cidades mais próximas.

Essa escola que tem hoje aqui é coisa de branco, que disseram que nossa escola precisava melhorar nós precisa se integra ao meio, meio de que?.

## **2 REALIDADE DAS ESCOLAS INDÍGENAS HOJE NO ESTADO DO CEARÁ E SUAS FORMAÇÕES:**

GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

AQUIRAZ	EDEFM JENIPAPO KANINDÉ	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio – Normal/Magistério Específico Indígena
CAUCAIA	EDEFM AMÉLIA DOMINGOS	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio – Normal/Magistério Específico Indígena
	EDEFM DO TRILHO	DIRETOR II	Magistério Normal Magistério Indígena I/Magistério Específico Indígena
	EDEFM ÍNDIOS TAPEBA	DIRETOR II	Magistério Normal Magistério Indígena I
	EDEFM TAPEBA CAPOEIRA	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio – Normal/Magistério Específico Indígena

GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

	EDEFM TAPEBA CAPUAN	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio – Normal/Magistério Específico Indígena
	EDEFM MARCELINO ALVES DE MATOS	DIRETOR II	Magistério Indígena I/cursando MISI PITAKAJÀ
	EDEFM NARCÍSIO FERREIRA MATOS	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio – Normal/Magistério Indígena
	EDEFM DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACÉ	DIRETOR II	Pedagogia +Espec. Gestão Escolar
	EDEFM DA PONTE	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Cursando 6º Semestre em Pedagogia - UVA
	EDEFM VILA DOS CACOS	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio Regular/cursando Magistério Indígena II/
MARACANAÚ	EDEFM CHUÍ	DIRETOR II	Magistério Indígena I/cursando MISI

GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

			PITAKAJÀ
PACATUBA	EDEFM ITÁ-ARA	SECRETÁRIO UNIDADE ESCOLAR	Ensino Médio – Normal/Magis tério Indígena
		DIRETOR II	Graduada em letras Português/Pós -Graduação em Gestão Escolar
ITAPIPOCA	EDEFM BURITI	DIRETOR II	Ensino Médio – Regular + Magistério Indígena + Licenciatura em Matemática
ACARAÚ	EDEFM DE QUEIMADA	PROF COORDENADOR/IND ÍGENA	Ensino Médio – cursando Magistério Indígena e Ciências da Religião com ênfase em história/IFET E
	EDEFM TELHAS FRANCISCO SALES NASCIMENTO	PROF COORDENADOR/IND ÍGENA	Ensino Médio – cursando Ciências da Religião com

GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

			ênfase em história/IFET E
		SECRETÁRIO UNIDADE ESCOLAR	Ensino Médio Indígena Tremembé
ITAREMA	EDEFM MARIA VENÂNCIO	DIRETOR II	Ensino Médio modalidade EJA/Magistério Indígena e Magistério Indígena Tremembé Superior
	EDEFM DE TAPERÁ		
	EDEFM DE VARJOTA	DIRETORA II	Ensino Médio modalidade EJA/Magistério Indígena e Magistério Indígena Tremembé Superior
	EDEFM PASSAGEM RASA	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Magistério Indígena e Magistério Indígena Tremembé Superior
	EDEFM MANGUE ALTO	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Magistério Indígena e Magistério Indígena

GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

			Tremembé Superior
	EDEFM ROZA SUZANA DA ROCHA	PROF COORDENADORA NÃO INDÍGENA	Superior completo
	EDEFM JOVENTINO GABRIEL FÉLIX	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio incompleto
	EDEFM CAPIM AÇU	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Ensino Médio modalidade TAM/Magistério Indígena e Ciências da Religião com ênfase em história/IFETE
SÃO BENEDITO	EDEFM FRANCISCO GONÇALVES DE SOUSA	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Cursando Ciências Sociais – Licenciatura Intercultural Indígena
CANINDÉ	EDEFM DE GAMELEIRA	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Pós-Graduação em Gestão Escolar.
ARATUBA	EDEFM MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	DIRETOR II	Licenciatura em História Especialização em Gestão Escolar e

**GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS**

			Coordenação Pedagógica/Magistério Indígena
CRATEÚS	EDEFM RAÍZES INDÍGENAS	DIRETOR II	Grad. Em pedagogia / pós grad.for. De professores
MONSENHOR TABOSA	EDEFM POVO CACETEIRO	COORDENADOR ESCOLAR	Grad. Em teologia
		COORDENADOR ESCOLAR	Graduada
	DIRETOR II	Grad. Em pedagogia / pós grad. Educ. Escolar indígena	
	EDEFM TABAJARA	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Grad. Em pedagogia / pós grad.for. De professores
	EDEFM JOAQUIM URGENA POTIGUARA	PROF COORDENADOR/INDÍGENA	Nível médio
NOVO ORIENTE	EDEFM RAÍZES INDÍGENAS		Cursando teologia
PORANGA	EDEFM JARDIM DAS OLIVEIRAS	DIRETOR II	Grad. Em letras / pós grad. Em letras

**GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS**

TAMBORIL	EDEFM ALTO DA CATINGUEIRA	PROF COORDENADOR/IND ÍGENA	Curs. Lic. Intercultural em letras
QUITERIANÓPOLIS	EDEFM RAÍZES INDÍGENAS TABAJARA	DIRETOR II	8º Semestre de pedagogia/ma gistério indígena

**FONTE:** Secretaria da Educação - coordenadoria de desenvolvimento da escola e da aprendizagem- CODEA

**NOTAS GERAIS:** educação escolar indígena - planilha formação de gestores – 2012

A tabela mostra o quadro real da situação de formação de gestores no estado do ceará, veja que a formação é algo heterogêneo, as formações de fato muito distante do que verdadeiramente estes gestores necessitam tudo isso se da pela ausência do estado no quesito formação continuada e graduação para estes gestores, que agem no escuro apenas com a forte responsabilidades de educarem seus pequenos.

Nós somos diretores e tudo na escola, porque não tem merendeira, não tem zelador não tem coordenador pedagógico agente faz o que é prioridade no momento, é muito difícil porque sabemos que existem leis que regulamenta todas esta demandas, porem as secretaria os governantes fazem vista grossa para a situação, a escola indígena existe nas aldeias pra supri uma necessidade de formação de pessoas que lutem pela sua terra saúde e também educação, mais só se concretiza se nós estivermos todos juntos lutando por uma educação de qualidade para nossos pequenos.

Conforme Bonin (apud FERRI, 2000, p.139), a participação do professor índio nos movimentos de educação escolar é estratégica e política, pois:

É necessário compreender a estrutura, decifrar as regras da sociedade dominante, conhecer os mecanismos legais de garantia dos direitos, compreender a política oficial para os povos indígenas, ter



acesso às informações, enfim, apropriar-se de um instrumental que lhe assegure a autonomia. E a necessidade de conhecer amplia-se à medida que estes movimentos ampliam o seu campo de ação.

### 5. MODELOS DE GESTÃO E ESCOLAS

Desse modo, a produção das diferenças sociais se concretiza na formulação de diferentes projetos societários, definidos por cada povo, a partir de seus valores simbólicos, de sua história, de suas perspectivas políticas de autonomia e de continuidade cultural, bem como de suas estratégias de interação com a sociedade majoritária. Eis aqui o grande desafio de ser ter uma escola indígena onde se ponha em prática de fato o que seus líderes (cacique, pajé, lideranças), desejam, são muitas diferenças particularidades para o estado atender, pois cada escola, cada gestão é diferente e essa diferença vai do modelo de organização até modos de comportamentos de cada comunidade, isto tem dificultado e muito a criação de um modelo de escola ou uma matriz de referência para estas escolas indígenas, quem mais sofre com essa situação são seus gestores que por sua vez não têm a assistência devida, pois quem deveria oferecer também não domina. Os gestores não são formados para este fim a grande maioria assume esta função pelo motivo de serem apontados por suas comunidades, enfrentam muitas dificuldades que de simples aplicação de recursos há a gerenciamos de dados e pessoas, como por exemplo, contratos de professores preenchimento de planilhas eletrônicas.

Mas isto não é o mais difícil na gestão das escolas indígenas, no Ceará a escola indígena é regulamentada pela resolução 382/2003, que limita e muito o desempenho dos gestores veja, Art. 6º – A escola indígena será classificada conforme o número de alunos em:

- a) Escola Diferenciada Indígena – Tipo A – a partir de 500 alunos;
- b) Escola Diferenciada Indígena Tipo B – de 300 a 499 alunos;
- c) Escola Diferenciada Indígena Tipo C – de 100 a 299 alunos;
- d) Escola Diferenciada Indígena Tipo D – abaixo de 100 alunos.

## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

Estas escolas têm seu núcleo gestor composto pela proporcionalidade de alunos as escolas de tipo A e B tem um núcleo gestor completo as escolas do tipo C têm um secretário e um diretor que acumula o administrativo e o pedagógico destas escolas, temos escolas normais que os diretores não dão contas das demandas agora imagine um gestor de escola indígena que tem de atender toda estas demandas administrativas junto com as pedagógicas, é difícil de se ter bons resultados se não há de fato um intenção mínima de garantia também mínima no padrão de funcionamento destas escolas, e por fim as escolas indígenas de tipo D que são dirigidas por um professor coordenador, em um dos turnos leciona e em outro é coordenador da escolas.

O mais difícil de ser professor coordenador é conseguir atender as demandas do dia a dia, hora ser secretário, hora diretor, coordenador pedagógico reuniões nas credes, o que menos se faz é da aula isto é ruim para professor e mais ainda para os alunos.

### **6. Cultura, conhecimento e aprendizagem entre os Kanindé em Aratuba**

As comunidades indígenas no Ceará, em especial os Kanindé em Aratuba no qual me fundamento para este trabalho, mesmo depois de varios séculos de convivência com a sociedade nacional, cujas estratégias de contato oscilaram entre o genocídio e a indiferença, passando pela violência simbólica de lhes negar estatuto de povos de cultura ou, ainda, pelas tentativas de cooptação de suas lideranças por agências estatais, não só continuam a existir como não se tornaram iguais ao restante da sociedade. Esta situação, a meu ver, indica que não estamos diante de populações amorfas passíveis de serem moldadas por forças externas, mas que sua cultura é uma realidade dinâmica que se reinventa permanentemente, especialmente quando em contato com outras que lhes são não só estranhas como hostis. A cultura enquanto conceito expressa, como bem formula (Sahlins, 1997, p. 41), um fenômeno único que distingue os homens dos animais: “a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos” – experiência e ação pautadas por regras, princípios e valores que, embora forjados na construção de estratégias históricas de sobrevivência de grupos e

sociedades determinadas, estão inelutavelmente vinculados a processos mais amplos e universais. Isto significa considerarmos as diversas culturas produzidas na história humana como

algo que, a despeito de suas diferenças, nos liga uns aos outros “numa unidade mais profunda e inalienável, qual seja, a nossa própria historialidade sapiental, uma velha senhora com idade presumível de 130 mil anos” (Assis Carvalho, 2003, p. 18).

Não se trata, portanto, de conceber as diferentes culturas como intocáveis e fechadas em si mesmas, o que, numa perspectiva relativista, as anularia mutuamente, tampouco de dissolvê-las numa suposta cultura universal, na realidade restrita à sociedade ocidental. Ao contrário, cabe considerar a capacidade que cada cultura apresenta de se apropriar de elementos de outras existentes com as quais se relaciona conferindo-lhe novos significados, adaptando-os aos seus próprios interesses e necessidades, revitalizando-se. Esta perspectiva não anula a possibilidade de se ver desaparecer sociedades ou comunidades inteiras com suas respectivas culturas, apenas sugere que, para que isso ocorra, é necessário destruir todas as condições em que surgiram e se desenvolveram suas práticas estruturantes. Estas se estabelecem tanto no âmbito da reprodução material de existência de uma dada sociedade quanto na esfera da política em que são definidas as regras através das quais se institui essa sociedade. Um Kanindé não deixa de sê-lo por usar roupas como as dos não índios, morar em casas de alvenaria ou frequentar a escola, esta instituição tão central em nossa sociedade e que exatamente por isso carrega consigo a lógica social que lhe confere significado. Ao contrário, é possível pensar na capacidade dos Kanindé de apropriar-se dessa escola e fazê-la funcionar consoante seus propósitos e objetivos – esta possibilidade, no entanto, se existe não é dada, depende de muitos fatores e circunstâncias. Assim, penso ser a educação indígena um campo fértil para pensarmos esta questão, e é nesta direção que caminham as reflexões que se seguem.

### **7. Participação e autonomia na gestão das escolas indígenas**

## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

Para falar da participação e autonomia na gestão das escolas indígenas é necessário fazer uma retrospectiva e uma avaliação da história da educação escolar entre os povos indígenas e suas conseqüências: uma trajetória de experiências com a escola missionária, civilizatória e integracionista, tendo como base a ação política da atuação do Estado e das instituições religiosas com suas práticas paternalistas e de dependência das necessidades externas da sociedade ocidental.

Resistindo a esses processos, a partir da década de 1995, os kanindé em Aratuba passaram a se organizar politicamente para lutar pela autonomia e pelo protagonismo indígena conforme suas realidades comunitárias, e a escola como uma instituição formadora foi sendo apropriada como instrumento na luta pelo reconhecimento da diversidade cultural.

A proposta da escola específica e diferenciada, voltada para o contexto sócio-cultural de cada povo indígena, representa uma mudança na educação escolar dos povos indígenas, com a aquisição de novos conhecimentos e apropriação de instrumentos de construção de uma política de cidadania dentro do sistema de ensino. Trata-se de um grande desafio da escola indígena, de assumir diferentes papéis, mas tendo como norte as diretrizes políticas, pedagógicas e de gestão, em conformidade com as características do mundo tradicional indígena, e também o constante diálogo e interação com os conhecimentos universais da sociedade.

Na prática, a escola indígena enfrenta situações variadas para que de fato possa exercer o seu papel, mediante políticas tão fragmentadas e descontínuas, e de setores institucionais das esferas federal, estadual e municipal, que dificultam as inovações educacionais, pois desconhecem a realidade sociocultural dos povos indígenas. Nesse contexto, o modelo de gestão das escolas indígenas fica a mercê do sistema de ensino, mas principalmente dos seus gestores públicos, que nem sempre adotam a democratização na gestão escolar e atuam de forma descontextualizada da realidade sociocultural das comunidades indígenas, prevalecendo os entraves burocráticos e financeiros. A busca por autonomia e valorização da identidade étnica tem sido o tema dos discursos e reivindicação dos educadores e lideranças no processo educacional, com a finalidade de fortalecer a gestão democrática e a autonomia.

## GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA UM DESAFIO PARA AS ALDEIAS

O reconhecimento do papel da escola para as comunidades indígenas no sistema de ensino tem sido um dilema para os educadores indígenas, pois as exigências direcionadas à escola, como instituição pública, implica em dar conta de um conjunto de demandas burocráticas e não comunitárias. O resultado desta situação é que o desempenho desta escola está centrado apenas na sala de aula, desconsiderando o seu envolvimento e compromissos coletivos. Por isso, a escola indígena é incompreendida pelos gestores públicos, diante destes impasses entre estes sistemas.

Nem sempre as relações entre as instituições do poder público são de harmonia. Os gestores públicos questionam a educação específica e diferenciada e a forma como os professores indígenas atuam nas escolas. Nisso, há uma interferência, quando os gestores públicos impõem políticas que contrariam a realidade sócio-cultural dos povos indígenas, e desconsideram as experiências e iniciativas das comunidades. A política indígena é desconhecida pelo gestor, principalmente nas escolas municipais, onde ainda impera o preconceito e o desconhecimento das políticas internas das sociedades indígenas. Muitas secretarias ignoram este aspecto e cometem ingerências que, muitas vezes, prejudicam a autonomia da comunidade e conseqüentemente da escola indígena.

Há descontentamentos por parte das comunidades pela ignorância e desinteresse em compreender a política indigenista e indígena. Há uma preocupação também em relação à desvalorização da política indígena, que vem perdendo espaço para políticas indigenistas formuladas em gabinetes governamentais ou pelos “ditos entendidos de índios”, que nem sempre estão em conformidade com a realidade indígena. É neste contexto que a educação escolar indígena vem sendo tratada pelo sistema educacional brasileiro: com contradições, impasses e conflitos.

No entanto, há iniciativas positivas de escolas indígenas, que junto com suas comunidades, vêm rompendo com estas dificuldades, promovendo um novo encaminhamento da educação escolar indígena, onde a escola se torna o espaço da comunidade, as suas atividades e decisões são tomadas coletivamente, inserindo as práticas tradicionais e os valores dos conhecimentos

indígenas acima dos conhecimentos externos. E estas experiências são ignoradas pelo sistema de ensino, tratadas como apêndices das atividades culturais, e não como parte integrante da escola e do contexto cultural pedagógico.

Concluo que a participação e autonomia das escolas indígenas estão nas mãos das comunidades, dos professores e de suas lideranças, que necessitam exercer o seu direito de cidadania, de autonomia na elaboração de políticas e diretrizes que atendam a sua real necessidade sociocultural, e por meio do controle social demandar suas propostas político-pedagógicas.

#### **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS;**

**CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO,** resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 (\*).

**RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999(\*),**Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

**LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL** lei nº 9.394,de 20 de dezembro de 1996.

**CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ** resolução nº 382/2003.

**ENTREVISTA LIDERANÇAS POVO KANINDÉ,** Cacique Sotero , Cicero Lafaete liderança Indígena, Agosto 2013 Aldeia Fernandes Aratuba-CE

